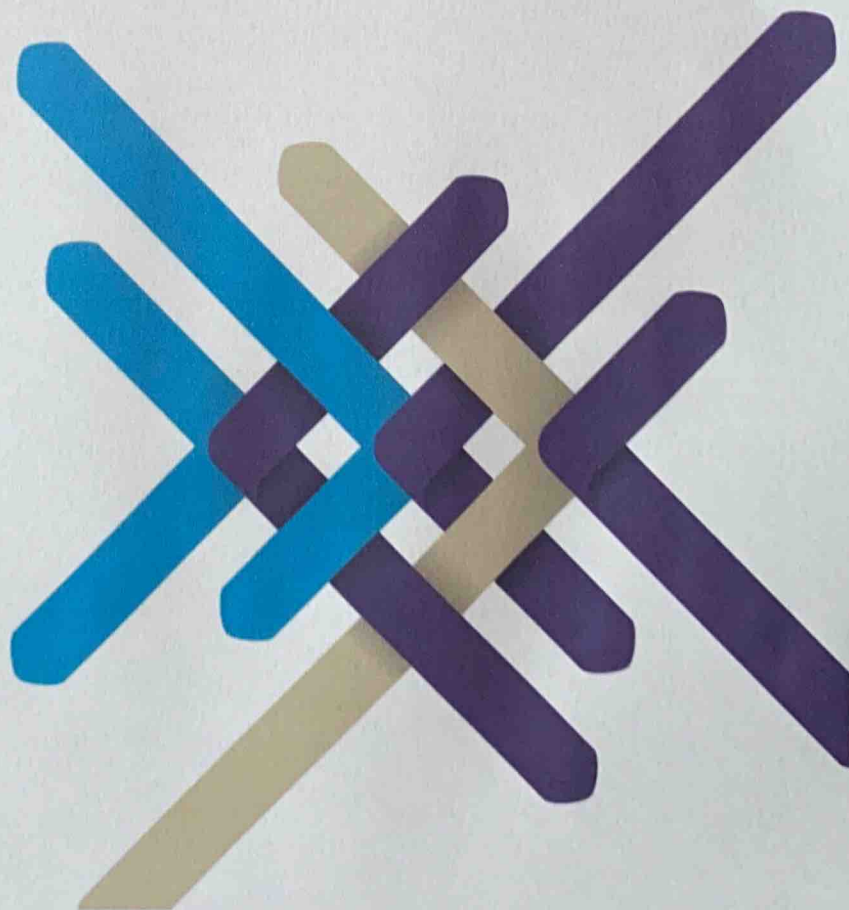


# Instituto Península

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	10

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Associados e Diretores do  
**Instituto Península**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Península (o “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit das atividades sociais, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Península em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e Interpretação Técnica ITG – 2002 (R1) “Entidades sem Finalidade de Lucro”.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01, chamamos a atenção para o fato de que, devido ao Instituto depender do apoio involuntário de terceiros provedores e apoiadores dos projetos mantidos pelo Instituto, a manutenção das atividades para o qual o Instituto foi criado, dependerá da manutenção dos referidos provedores e apoiadores. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

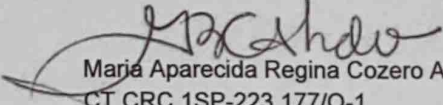
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo  
CT CRC 1SP-223.177/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Instituto Península

## Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Notas	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>			<b>(reapresentado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.892.557	2.253.458
Outros adiantamentos	-	37.745	550
Outros ativos	-	54.365	45.773
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.984.667</b>	<b>2.299.781</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	293.276	-
Depósito judicial	6	1.475.410	823.173
Imobilizado líquido	-	142.427	91.047
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.911.113</b>	<b>914.220</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.895.780</b>	<b>3.214.001</b>
<b>Passivo e patrimônio social</b>			
	Notas	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>			<b>(reapresentado)</b>
Contas a pagar	-	107.643	80.349
Impostos e contribuições	7	1.709.601	1.002.341
Provisões trabalhistas	-	662.530	573.414
Partes relacionadas	13	750.000	700.000
Saldo de projetos em execução	8	1.417.127	1.108.795
Outros passivos	-	75.000	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.721.901</b>	<b>3.464.899</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Saldo de projetos em execução	8	281.771	476.764
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>281.771</b>	<b>476.764</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	9	1.892.108	(727.662)
<b>Total do patrimônio social</b>		<b>1.892.108</b>	<b>(727.662)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>6.895.780</b>	<b>3.214.001</b>

# Instituto Península

## Demonstrações do superávit (déficit) das atividades sociais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Notas	2019	2018 (reapresentado)
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas para execução de programas e projetos	10	24.185.002	21.629.673
Obtenção de serviço voluntário	11	158.455	152.089
<b>Total das receitas operacionais</b>		<b>24.343.457</b>	<b>21.781.762</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos para execução de programas e projetos	12	(11.870.074)	(15.414.742)
<b>Resultado bruto</b>		<b>12.473.383</b>	<b>6.367.020</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com pessoal	-	(3.055.182)	(2.922.903)
Despesas administrativas	12	(7.303.015)	(4.449.890)
Apropriação de serviço voluntário	11	(158.455)	(152.089)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(10.516.652)</b>	<b>(7.524.882)</b>
<b>Superávit (déficit) operacional Antes do resultado financeiro</b>		<b>1.956.731</b>	<b>(1.157.862)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	-	(45.057)	(11.407)
Receitas financeiras	-	708.096	122.313
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>663.039</b>	<b>110.906</b>
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		<b>2.619.770</b>	<b>(1.046.956)</b>

## Instituto Península

### Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	Patrimônio social	Déficit (superávit) acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	319.294	-	319.294
Déficit do exercício	-	(636.748)	(636.748)
Ajuste de exercícios anteriores (i)	-	(410.208)	(410.208)
Transferência para patrimônio social	(1.046.956)	1.046.956	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<u>(727.662)</u>	-	<u>(727.662)</u>
Superávit do exercício	-	2.619.770	2.619.770
Transferência para patrimônio social	2.619.770	(2.619.770)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>1.892.108</u>	-	<u>1.892.108</u>



# Instituto Península

## Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit (déficit) do exercício	2.619.770	(1.046.956)
(+) Ajustes por:		
Depreciação	24.010	17.681
	<u>2.643.780</u>	<u>(1.029.275)</u>
<b>(Aumento) redução do ativo</b>		
Outros adiantamentos	(37.195)	30.435
Outros ativos	(8.592)	(38.233)
Depósito judicial	(652.237)	(479.517)
<b>Aumento (redução) do passivo</b>		
Contas a pagar	27.294	(13.781)
Impostos e contribuições	707.260	496.488
Provisões trabalhistas	89.116	430.836
Saldo de projetos em execução	113.339	1.585.558
Outros Passivos	75.000	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>2.957.765</u>	<u>982.511</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(75.390)	(28.868)
<b>Caixa líquido proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<u>(75.390)</u>	<u>(28.868)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Partes relacionadas	50.000	700.000
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.932.375</u>	<u>1.653.643</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	2.253.458	599.815
No final do exercício	5.185.833	2.253.458
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><u>2.932.375</u></u>	<u><u>1.653.643</u></u>

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Resumo dos principais projetos

O Instituto Península ("Instituto") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possui sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 22º andar – sala 4, Jardim Paulistano.

O Instituto tem como objetivo a promoção, apoio, patrocínio, investimento e desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais e culturais, visando ao fortalecimento do processo de construção da cidadania.

Em 15 de fevereiro de 2020, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

O Instituto tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

- **Instituto Superior de Educação São Paulo (ISESP)**

Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da Entidade.

- **Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (NAR)**

O NAR é um centro de avaliações e treinamento que prepara atletas e equipes de alto rendimento e capacita cientificamente técnicos e preparadores físicos brasileiros em busca de melhores resultados nacionais e internacionais. Anualmente, realiza mais de 1500 avaliações em atletas de ponta.

- **Instituto Natura**

Entidade sem fins lucrativos que atua na área de Educação. O Instituto Península é mantenedor do Projeto Trilhas, que tem como objetivo qualificar professores que atuam em alfabetização.

- **Todos pela Educação**

Projeto de *advocacy*. É um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma educação básica de qualidade.

- **Atletas pelo Brasil**

Projeto de *advocacy* pelo esporte nacional, como instrumento de transformação social. Tem como foco promover o acesso ao esporte, para que seus benefícios na saúde, educação e na formação façam parte da realidade da população brasileira.

- **Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB)**

Tem como foco selecionar e apoiar a implementação de plataformas no ensino público em parceria público privada para promover a cultura de inovação na educação pública, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas.

- **Instituto Verdescola**

É um núcleo educacional que oferece atividades extracurriculares para crianças e jovens da comunidade da Vila do Sahy, em São Sebastião – SP. Tem como foco promover a educação, o desenvolvimento humano e comunitário por meio de ações socioeducativas e socioambientais, com atividades de reforço escolar, artes, informática, leitura e interpretação, lógica, capoeira, entre outras. A instituição promove ainda cursos profissionalizantes, com foco na geração de renda para os moradores da região.

- **Associação Parceiros da Educação**

Apoio ao projeto Educação Compromisso de São Paulo, que visa contribuir para a elaboração de plano estratégico de longo prazo para guiar as ações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

- **Instituto Rodrigo Mendes - Projeto Diversa**

O Projeto Diversa tem como objetivo documentar e divulgar estudos de caso, vídeos e relatos de práticas pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência por meio de um portal na internet e outras mídias. Desse modo, será possível transformar as experiências entre professores sobre educação inclusiva.

- **Ensina Brasil**

O projeto Ensina Brasil visa atrair talentos e desenvolver jovens lideranças para transformar a educação brasileira.

- **Associação Cidade Escola Aprendiz**

O Centro de Referências em Educação Integral é uma iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz em parceria com outras organizações não governamentais e com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para promover a pesquisa, o desenvolvimento, aprimoramento e difusão gratuita de referências, estratégias e instrumentais que contribuam para a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas de Educação Integral no Brasil. Em 2019, o Instituto Península promoveu formações em parceria com a Crei para os formadores de professores do estado de São Paulo.

- **Instituto Fazenda da Toca**

Atua com uma equipe multidisciplinar nas áreas de educação, saúde integral, cultura e meio ambiente, com a missão de compartilhar, criar, ampliar e difundir a cultura do viver orgânico.

- **Soc. Beneficente Hospital Albert Einstein**

Instituição social que oferece assistência médico-hospitalar, além de promover pesquisa e educação na área de saúde. O Instituto Península apoia dois estudantes do curso de medicina, ofertando bolsas de estudos.

- **Instituto Lourenço Castanho**

É uma associação sem fins lucrativos que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação brasileira. O Instituto Península apoia professores da instituição ofertando bolsas de estudos.

- **Programa de Bolsas (Por Mais Um)**

Programa que concede bolsas para que alunos de baixa renda possam realizar graduação em pedagogia, licenciatura em matemática ou em letras no Singularidades.

- **Projeto Impulsiona**

Programa de educação esportiva do Instituto Península. Voltado para educadores da rede pública, busca disseminar os valores do esporte e ampliar o repertório de práticas esportivas nas escolas, apoiando o desenvolvimento integral dos alunos.

- **Projeto Vivescer**

Programa de desenvolvimento integral do Instituto Península. Voltado para educadores da rede pública, oferece trilhas de formação para o desenvolvimento integral de educadores e uma rede para troca de experiências em Educação.

- **Projeto Profissão Docente**

Profissão Docente é um movimento de valorização e profissionalização docente, que visa permitir que as novas gerações de estudantes brasileiros tenham assegurado o direito a um ensino de qualidade. É um projeto suprapartidário, não recebe investimento público e pauta suas diretrizes em pesquisas e estudos nacionais e internacionais. A atuação se orienta pelo diálogo com professores, organizações de educação e gestores das redes de ensino para uma construção coletiva e sistêmica de políticas educacionais que promovam a atratividade para a carreira e o as práticas docentes de qualidade. Esse é uma coalisão de sete instituições do terceiro setor: Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Península, Instituto Unibanco e Todos pela Educação.

Para executar seus projetos, o Instituto conta com recursos provenientes de: **(a)** doações voluntárias, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas; **(b)** eventuais rendas provenientes de bens ou de prestação de serviços; **(c)** subvenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal; **(d)** contribuições em bens móveis e imóveis; **(e)** eventos promovidos pelo Instituto; **(f)** eventos organizados para levantamento de fundos para programas mantidos pelo Instituto; **(g)** acordos e convênios celebrados com o poder público; **(h)** outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com o estatuto social.

Os mantenedores do Instituto têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas de investimento. Para tanto, os mantenedores realizarão contribuições suficientes para cobrir as obrigações previstas no próximo ano.

Com relação à tributação, ressalta-se:

- a)** A Lei nº 9.532/1997 condicionou o gozo de imunidade fiscal às entidades sociais e educativas nos seguintes termos:

*“Art. 12: Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos”.*

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

- b) O Instituto goza de isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em relação às receitas de suas atividades sem fins lucrativos nos termos do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/01.

Acerca da continuidade operacional do Instituto, a Península Participações S.A. concorda incondicionalmente em prestar todo e qualquer apoio financeiro necessário ao Instituto pelo menos em um período de doze meses da data dessas demonstrações financeiras para satisfazer todas e quaisquer obrigações, incluindo qualquer serviço da dívida a terceiros e partes relacionadas, à medida que tais valores venham a ser devidos e pagáveis.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

### **2.1. Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todas as informações contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem espécie em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

### **2.4. Ativo circulante e passivo circulante**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### **2.5. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### **2.6. Riscos de contingências**

Em situações onde se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil desses riscos, a Administração do Instituto adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, notadamente pelas interpretações conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000 – Resolução 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentro dessa linha, conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente.

Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Entidade adota como política do reconhecimento inicial apenas quando:

- a) Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b) É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação;
- c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis.

## 2.7. Patrimônio social

O patrimônio do Instituto é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

## 2.8. Receita e despesas

As receitas para execução dos programas e projetos e as despesas são contabilizadas com base no regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

## 2.9. Receita de doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa) em função de sua natureza de imprevisibilidade.

Já os recursos auferidos por força dos diversos projetos e programas operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares, desenvolvidos pelo Instituto (elencados na Nota Explicativa nº 1), são reconhecidas pelo regime de competência, em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com os custos e as despesas correspondentes. Esses recursos quando recebidos são registrados em contrapartida de conta do passivo denominada "Saldo de projetos em execução", conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8, observando-se, ainda, o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

## 2.10. Reapresentações dos valores correspondentes

A Empresa revisou determinadas práticas contábeis relacionadas a mensuração subsequente (despesas com pessoal e provisões trabalhistas) e as correções foram efetuadas e os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo reapresentados, conforme as exigências determinadas na NBC TG 1000 – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", Seção 10 – "Políticas Contábeis: Mudança de Estimativa e Retificação de Erro".

## Balanco patrimonial

<b>Passivo e patrimônio social</b>	<b>Originalmente apresentado</b>	<b>Ajustes (I)</b>	<b>2018</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Provisões trabalhistas	163.206	410.208	573.414
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.054.691</b>	<b>410.208</b>	<b>3.464.899</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	(317.454)	(410.208)	(727.662)
<b>Total do patrimônio social</b>	<b>(317.454)</b>	<b>(410.208)</b>	<b>(727.662)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio social</b>	<b>3.214.001</b>	<b>-</b>	<b>3.214.001</b>



## Demonstrações do déficit das atividades sociais

	Originalmente apresentado	Ajustes (i)	2018
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	(2.512.695)	(410.208)	(2.922.903)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(7.114.674)</b>	<b>(410.208)</b>	<b>(7.524.882)</b>
Déficit operacional	(747.654)	(410.208)	(1.157.862)
Antes do resultado financeiro	-	-	-
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(636.748)</b>	<b>(410.208)</b>	<b>(1.046.956)</b>

## Demonstrações das mutações do patrimônio social

	Patrimônio social	Déficit (superávit) acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>319.294</b>	<b>-</b>	<b>319.294</b>
Déficit do exercício	-	(636.748)	(636.748)
Ajustes com despesas com pessoal (i)	-	(410.208)	(410.208)
Transferência para patrimônio social	(1.046.956)	1.046.956	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>	<b>(727.662)</b>	<b>-</b>	<b>(727.662)</b>
Superávit do exercício	-	2.619.770	2.619.770
Transferência para patrimônio social	2.619.770	(2.619.770)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.892.108</b>	<b>-</b>	<b>1.892.108</b>

## Demonstrações do fluxo de caixa

	Originalmente apresentado	Ajustes (i)	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(636.748)	(410.208)	(1.046.956)
Déficit do exercício	(619.067)	(410.208)	(1.029.275)
Redução do ativo	-	-	-
Provisões trabalhistas	20.628	410.208	430.836
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.653.643	-	1.653.643

- (i) Os respectivos ajustes referem-se à revisão das práticas contábeis relacionadas a despesas com pessoal. Esses ajustes foram efetuados de acordo com as exigências determinadas no Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e Interpretação Técnica ITG - 2002 (R1) "Entidades sem Finalidade de Lucro". Entretanto identificamos que os respectivos ajustes alteraram o resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018 originalmente apresentado.

### 3. Gestão de risco financeiro

#### 3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

#### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelo caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, os quais não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

	2019	2018
Caixas e bancos	277.335	469.735
Aplicações financeiras	4.908.498	1.783.723
	<b>5.185.833</b>	<b>2.253.468</b>

	2019	2018
Aplicações financeiras	-	-
Circulante	4.615.222	1.783.723
Não circulante	293.276	-
	<b>4.908.498</b>	<b>1.783.723</b>

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDI que somaram um montante de R\$ 703.191 (2018 – R\$ 117.334) e estão devidamente contabilizadas no resultado do exercício. A variação do CDI geralmente gira em torno de 90% a 120%.

#### 6. Depósitos judiciais e contingências

O Instituto vem depositando em juízo os valores de PIS e INSS incidentes sobre a folha de pagamento, desde abril de 2017, quando entrou com agravo de instrumento para que seja reconhecido o direito ao gozo da imunidade pelas entidades sociais e educativas, conforme previsto pelo artigo 195, § 7º da Constituição Federal, de modo a afastar a exigência das contribuições à seguridade social. O Instituto entrou com um mandado de segurança contra a União (Fazenda Nacional), impetrado para assegurar o direito da Empresa não se submeter à incidência da contribuição social ao salário educação, à alíquota de 2,5%, tendo como base de cálculo o total das remunerações pagas ou creditadas a seus segurados empregados com apoio nas Leis nºs 9.424/96, 9.766/98, 11.457/07 e Decreto de Lei nº 6.003/06, bem como o recolhimento das contribuições sociais devidas a terceiros, nos termos do Decreto de Lei nº 1.146/70 e Lei nº 2.613/55 (Incra), na Lei nº 8.029/90 (Sebrae), no Decreto de Lei nº 8.621/46 (Senac) e Decreto de Lei nº 9.853/46 (Sesc). Essa causa é classificada com probabilidade de perda "possível"; valor da causa: R\$ 50.000.

#### 7. Impostos e contribuições

	2019	2018
INSS a recolher (a)	1.489.348	886.556
FGTS a recolher	21.877	17.546
Imposto de renda retido na fonte	59.667	49.043
Outros impostos a recolher	138.709	49.196
	<b>1.709.601</b>	<b>1.002.341</b>

(a) O aumento do saldo refere-se ao INSS sobre folha de pagamento a partir de 04/2017, em que o Instituto entrou com agravo de instrumento (vide Nota Explicativa nº 6).

## 8. Saldo de projetos em execução

Data	Descrição do Projeto	Saldo	Realização em 2020	Realização a partir de 2021
31/12/2019	Avaliação física e treinamento em atletas de alto rendimento – IR (ano 1)	5.628	5.628	-
31/12/2019	Avaliação física e treinamento em atletas de base – ICMS (ano 1)	141.280	141.280	-
31/12/2019	Escola de taekwondo de alto rendimento (ano 1)	78.211	78.211	-
31/12/2019	Escola de atletismo de jovens talentos	594.878	549.175	45.703
31/12/2019	Avaliação física e treinamento em atletas de alto rendimento (ano 2)	713.900	642.833	71.067
31/12/2019	Escola de atletismo de jovens talentos (ano 2)	165.001	-	165.001
		<b>1.698.898</b>	<b>1.417.127</b>	<b>281.771</b>

### Deliberação nº 1.004 de 04 de janeiro de 2017

#### Avaliação física e treinamento em atletas de alto rendimento (Ano 1):

- **Duração:** junho/2018 a novembro/2019;
- **Valor captado em 2017 para início do projeto:** R\$ 700.000,00;
- **Processo:** 58000.008470/2016-77;
- **Proponente:** Instituto Península;
- **Título:** Avaliação Física e Treinamento em Atletas de Alto Rendimento;
- **Registro:** 02SP155572016;
- **Manifestação Desportiva:** desporto de rendimento;
- **CNPJ:** 12.663.239/0001-20;
- **Cidade:** São Paulo. UF: SP;
- **Valor aprovado para captação:** R\$ 985.703,25;
- **Período de captação até:** 31/12/2017.
- **Objetivo:** tem como finalidade oferecer estrutura e avaliações físicas para 65 atletas adultos, olímpicos e paralímpicos de alto rendimento, visando à otimização de treinamento e melhoria física.

#### Avaliação física e treinamento em atletas de alto rendimento (Ano 2):

- **Duração:** em captação – não iniciado;
- **Valor captado em conta em 2019:** R\$ 742.241,05
- **Proponente:** Instituto Península;
- **Título:** Avaliação Física e Treinamento em Atletas de Alto Rendimento – Ano 2;
- **Registro:** 02SP155572016;
- **Manifestação Desportiva:** desporto de rendimento;
- **CNPJ:** 12.663.239/0001-20;
- **Cidade:** São Paulo. UF: SP;
- **Valor aprovado para captação:** R\$ 1.056.313,44;
- **Período de captação até:** 05/09/2020.
- **Objetivo:** tem como finalidade oferecer estrutura e avaliações físicas para 65 atletas adultos, olímpicos e paralímpicos de alto rendimento, visando à otimização de treinamento e melhoria física.

#### **Escola de atletismo de jovens talentos (Ano 1):**

- **Duração:** março/2020 – março/2021;
- **Valor captado:** R\$ 631.805,67;
- **Processo:** 58000.008472/2016-66;
- **Proponente:** Instituto Península;
- **Título:** Escola de Atletismo de Jovens Talentos;
- **Registro:** 02SP155572016;
- **Manifestação Desportiva:** desporto de participação;
- **CNPJ:** 12.663.239/0001-20;
- **Cidade:** São Paulo. UF: SP;
- **Valor aprovado para captação:** R\$ 648.375,06;
- **Período de captação até:** 31/12/2017.
- **Objetivo:** tem como finalidade oferecer estrutura de treino para 40 jovens talentos de atletismo (de 14 a 16 anos), visando ao seu desenvolvimento, otimização de treinamento e melhoria física.

#### **Escola de atletismo de jovens talentos (Ano 2):**

- **Valor em conta:** R\$ 165.161,67;
- **Processo:** 58000.008472/2016-66;
- **Proponente:** Instituto Península;
- **Título:** Escola de Atletismo de Jovens Talentos – Ano 2;
- **Registro:** 02SP155572016;
- **Manifestação Desportiva:** desporto educacional;
- **CNPJ:** 12.663.239/0001-20;
- **Cidade:** São Paulo. UF: SP;
- **Valor aprovado para captação:** R\$ 435.377,36;
- **Período de captação até:** 05/12/2020.
- **Objetivo:** tem como finalidade oferecer estrutura de treino para 40 jovens talentos de atletismo (de 14 a 16 anos), visando ao seu desenvolvimento, otimização de treinamento e melhoria física.

#### **Escola de Taekwondo de Alto Rendimento**

- **Duração:** julho/2019 – julho/2020;
- **Valor captado em 2018 para início do projeto:** R\$ 204.000,00;
- **Processo:** 58000.010161/2016-67;
- **Proponente:** Instituto Península;
- **Título:** Escola de Taekwondo de Alto Rendimento;
- **Registro:** 02SP155572016;
- **Manifestação Desportiva:** desporto de rendimento;
- **CNPJ:** 12.663.239/0001-20;
- **Cidade:** São Paulo. UF: SP;
- **Valor autorizado para captação:** R\$ 787.396,05;
- **Dados bancários:** Banco do Brasil. Agência nº 2962 DV: 9, conta-corrente (bloqueada) vinculada nº 23213-0;